

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ROCHA, Paulo Roberto Galvão da . Paulo Roberto Galvão Rocha (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 19min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Paulo Roberto Galvão Rocha
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Belém - PA - Brasil;

Data: 31/05/2006

Duração: 1h 19min

Arquivo digital - áudio: 3; Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: ABC Paulista; Assuntos familiares; Assuntos pessoais; Atividade profissional; Central Única dos Trabalhadores; Comunidades eclesiais de base; Crises políticas; Formação profissional; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Igreja Católica; Luiz Inácio Lula da Silva; Movimento operário; Pará; Partido dos Trabalhadores - PT; Política partidária; Política sindical; Repressão política; Sindicalismo; Sindicatos de trabalhadores; Trajetória política;

Sumário

Entrevista: 31/05/2006 A origem da família e infância em Curaçá, interior do Pará; contato com o pároco da região, tornando-o sacristão; os estudos em um colégio de formação operário da ordem dos salesianos; a formação como técnico em artes gráficas; a ruptura com os padres salesianos e o trabalho em uma fábrica da maior gráfica do Estado, no período, a Grafisa; a mobilização para a construção de um sindicato dos gráficos, que se opunha ao sindicato então vigente; o reconhecimento do entrevistado, como uma liderança de oposição, articulada à movimento nacionais de oposição à estrutura sindical; a transformação do contexto das lutas sindicais com os Metalúrgicos de São Bernardo; a eleição ao sindicato em 1982; a volta à gráfica dos salesianos, onde atuou como gráfico e professor; comentários sobre a atuação da gráfica, como espaço de impressão para os movimentos de esquerda; a apreensão dos jornais e prisão do entrevistado, em um cerco da polícia à escola, em 1980; a saída do entrevistado da escola e o retorno à Grafisa; a eleição ao cargo de “vogal” dos operários gráficos; a eleição do entrevistado como Presidente Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por três mandatos; comentários sobre a entrada do entrevistado no Partido dos Trabalhadores, ainda em 1980; as eleições de 1982, e a divisão no momento da escolha do candidato ao governo do Pará; importância do Pará na construção da CUT; a expansão da CUT em relação aos trabalhadores rurais, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base; comentários sobre tendências internas do PT; a atuação do entrevistado na direção nacional do PT, como coordenador da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989; menção à derrota de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989; o lançamento da candidatura do entrevistado para deputado estadual, em 1990; a eleição do entrevistado, em 1990, e as posteriores três reeleições; a atuação do entrevistado enquanto parlamentar, na Comissão Permanente do Trabalho, Administração e Serviço Público; a crise política e o endividamento do PT, expondo o nome do entrevistado; crítica ao modelo de campanha usado pelo PT, principalmente na campanha presidencial de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República; comentários sobre o caso do “mensalão”; o papel do entrevistado na promoção da unidade partidária no Pará.

Entrevista: 31/05/2006

M.M. – Paulo, a gente queria começar essa conversa pedindo para você nos falar das suas origens familiares, dos primeiros anos da sua vida, onde você nasceu, e depois, como é que você inicia a sua vida profissional.

P.R. – Eu sou do interior do estado. Sou de uma cidade chamada Curuçá, mais especificamente de uma vila chamada Terra Alta que, com o tempo, se emancipou do município de Curuçá. Sou de uma família muito pobre. Meu pai é lavrador, como se chama aqui, e a minha mãe é professora primária. Tiveram dezessete filhos. Eu sou o primeiro. No meu interior, a formação lá era só até a terceira série primária, na época, e foi quando eu concluí ali os três anos primários; ainda com menos de dez anos, fui para a roça, trabalhar. Mas nesse ínterim, eu tive ligações e fui para a cidade de Curuçá, onde concluí o curso primário, porque na época eram cinco anos.

A. F. – Você nasceu em que ano?

M.M. – 1951, não é?

P.R. – É. Primeiro de abril de 51. E fui concluir o curso em Curuçá, os cinco anos primários. Depois, voltei para o interiorzinho lá, para Terra Alta, e continuei trabalhando na roça com meu pai. Foi quando o pároco do município, da região, cobria lá três municípios, Curuçá, Marapanim e São Caetano, ele passou lá pelo meu lugar, viu que eu estava lá, já tinha terminado a quinta série primária e estava trabalhando na roça; como minha família era muito religiosa, tinha relação direta com a igreja lá, ele acabou me convidando para mim andar com ele: chama-se sacristão. Naquela época, a missa ainda era rezada em latim. E eu fui então rodar com o padre lá pela região, os municípios. A gente ia de comunidade em comunidade rezando missa e tal. Eu era o auxiliar do padre. Depois de um ano com ele, ele perguntou se eu gostaria de continuar a estudar. Foi quando nas relações religiosas dele ele conseguiu uma vaga aqui nos salesianos, que é um colégio... estava iniciando a construção do colégio mas, um colégio que se construía para formação operária. É um colégio salesiano aqui na periferia de Belém, num bairro chamado Sacramento. E lá eu iniciei então a continuidade do curso, que chamava curso ginásial industrial, e comecei a fazer também artes gráficas; foi então lá que me formei em artes gráficas, técnico em artes gráficas. Curso

técnico, médio. E depois, fiquei lá um tempo, já como instrutor, como chefe, como professor já de artes gráficas, e ali iniciei um processo de participação no movimento jovem que ali existia.

A. F. – Você chegou em Belém em que ano?

P.R. – 1963. Então, existia ali um movimento de jovem, quando eu comecei a me engajar no movimento de jovem.

M.M. – E como era a posição dos salesianos nesse momento?

P.R. – Muito conservadora. Aquela igreja muito conservadora. Aquela visão de amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo com otimismo, nesse sentido do conservadorismo ali. E o movimento dos jovens tinha muito mais era na formação religiosa, a coisa mais da caridade que se fazia em torno do bairro lá.

M.M. – Você morava no colégio.

P.R. – Morava no colégio. E passei então a trabalhar durante o dia no colégio, estudava à noite no outro colégio fora e morava numa república, depois, já nesse período aí de... Depois, eu saí de lá, já num processo de divergência com os padres. E fui então para dentro da fábrica, uma gráfica, a maior gráfica que tinha aqui no estado. Até porque eu... também, o que contribuiu no processo da construção da minha liderança na categoria, é que eu era um profissional, dos melhores profissionais da época aqui, porque, com a chance dos salesianos, tinha muita ligação com a Itália, e eu adquiri a formação profissional no período que estava se implantando aqui no Pará o sistema ofsete, ou seja, era a saída do período da gráfica do chumbo para o sistema mais moderno, sistema ofsete. Então eu me especializei. Então era um dos poucos técnicos da área nesse aspecto. Isso me criou então condições, ao eu ir para dentro da fábrica, dentro das gráficas no mercado, eu adquiri então uma... aproveitei daí então a consolidação de uma liderança.

M.M. – Você tinha uma liderança técnica que acabou revertendo numa liderança política.

P.R. – Isso. Mas à medida em que eu fui para dentro da fábrica, eu encontrei lá, para meu sentimento, encontrei mil problemas dentro da fábrica.

M.M. – Qual foi o primeiro lugar que você trabalhou?

P.R. – Trabalhei num único lugar, chamado Grafisa, que era a maior gráfica aqui do estado; cerca de duzentos operários trabalhavam na época lá.

M.M. – Era uma empresa privada.

P.R. – Isso. Bom. Aí eu comecei a verificar um conjunto de situações. Primeiro, pelo ambiente do trabalho: as pessoas trabalhando sem camisa, era um ambiente... era um galpão grande mas muito quente, as pessoas tinham que trabalhar sem camisa, a estrutura do sanitário, era uma falta de higiene, sujeira... Então, a partir disso, eu comecei a reivindicar para o... Como eu ocupava um espaço... uma espécie de chefe de setor de ofsete, mas mesmo assim eu comecei a reivindicar para a direção da empresa, contratar uma pessoa para limpar o banheiro, para manter limpo o banheiro e tal; depois, por que não se coloca uma espécie de jaleco, uma espécie de uniforme, para o cara não ficar... mesmo que fosse uma espécie de bermuda ou de calça só, mas botar uma coisa para... Tinha um aspecto mais... Aí, a partir dali, eu percebi que o meu papel isolado, não é, ia chegar algum momento que eu não ia dar conta de...

A. F. – Você entra na Grafisa em que ano?

P.R. – 1970.

M.M. – Ah, então ficou bastante tempo ainda ligado aos salesianos, a essa estrutura da igreja.

P.R. – Fiquei, sim.

M.M. – Mas aí, os salesianos mudaram de posição? Porque aí já teve o golpe militar, já teve o movimento de 68.

P.R. – Não. Ainda não. Nessa época, não.

M.M. – Eles continuam muito conservadores.

P.R. – Continuam, é. Embora a formação operária ali, não é. Era uma formação operária mas uma formação muito cristã, religiosa. Bom. Neste período, quando eu estava ali chegando e já reivindicando, eu percebi que tinha o sindicato; e tinha um cara no sindicato que era aquele pessoal da formação... lembra de algumas lideranças que foram forjadas nos Estados Unidos, que formaram um conjunto de lideranças, o Joaquinzão, desse grupo aí, e o Palmeri, que era o presidente do sindicato, era um desses líderes formados com essa visão de

lá, lá nos Estados Unidos, e tinha vinte e um anos na direção do sindicato. Bom. Nesse ínterim, já começou a se agregar um conjunto de gráficos ao meu redor, até porque também muitos ex-alunos dos salesianos já trabalhavam no mercado.

A. F. – E os salesianos eram um grande centro de formação de mão-de-obra para a área gráfica.

P.R. – Formação. Isso. Teve uma eleição, aí eu fui procurado, para mim entrar na chapa dos caras. Eu disse que não. Mas eu já era filiado do sindicato. Aí nós montamos uma estratégia tipo o seguinte. Não tinha chapa, não tinha oposição, era sempre a chapa única dos caras, tentaram me convidar para mim entrar na chapa deles. Eu disse que não queria e tal. Mas como nós já estávamos conversando, um grupo, nós tiramos a seguinte estratégia: nós não vamos concorrer; mas a gente escreve na chapa única, escreve o meu nome – Paulo Rocha. Aí o pessoal... Como era a maior gráfica, naturalmente que era um colégio eleitoral maior no sindicato; então, na apuração...

M.M. – Você, mesmo sem ser candidato, teve uma quantidade...

P.R. – A ideia foi de escrever em cima, nome: Paulo Rocha. Eu sei que teve uma quantidade de voto grande, entendeu, lá.

M.M. – Isso foi em que ano?

P.R. – 71. Aí, dali, eu comecei a organizar a oposição.

M.M. – E um período barra pesada, não é.

P.R. – É. Oposição...

A. F. – E nesse período aí, você já tinha contato com outras categorias?

P.R. – Não, não tinha nada. Era ali na fábrica mesmo.

M.M. – E muito em cima da realidade, das dificuldades.

P.R. – É, em cima das dificuldades do ambiente de trabalho, das coisas. Daqui a pouco, quando eu comecei a ter contato com outros gráficos das outras gráficas, ali o ambiente da Grafisa era o paraíso em relação às outras gráficas, porque tinha gráfica que não tinha água, que não tinha sanitário, essas coisas. Era um... Bom. Aí começamos a organizar a oposição, própria, sem nenhuma orientação. Nós não tínhamos uma assessoria, nós não tínhamos um

grupo. Lembra que naquela época as entidades tinham um papel muito grande na formação, a FASE, uma entidade muito conhecida a nível nacional, FASE... tinha várias entidades. Mas nós não tínhamos ninguém. Eu comecei, reunia em casa, chegava a dez, voltava para quatro...

M.M. – Você já era casado a essa altura?

P.R. – Não, não. Eu morava já com... Nesse processo da família, eu quando saí... aliás, eu saí, inclusive, também, porque eu precisava ganhar dinheiro para poder ajudar minha família lá, meus irmãos. Porque eram dezessete. Meu pai ia fazendo filho, ia mandando para mim tomar conta. [ri] Então teve um período que, por exemplo, eu morava numa casa alugada com dez irmãos, onde eu era o chefe da família.

M.M. – E todos vieram para cá para estudar.

P.R. – Da década de 70 a 80, final da década de 80, eu já processei, dez anos, eu me dediquei, vamos dizer, eu trabalhava noite e dia para sustentar a família, os irmãos. Chegou um momento que eu morei com dez irmãos, eu tomava conta, trabalhava e... enfim, era o chefe da família. Mas eu também estava nesse processo, construindo a oposição sindical. Aí eu já comecei... Ah, bom. Nesse ínterim, nós começamos a ter contato já com a FASE. A FASE começou a trabalhar... Que foi no período de 76, 78, que começou a ter o ENOS, começou ter as oposições sindicais; a partir de São Bernardo, começou ter as oposições sindicais, que chamava ENOS – Encontro Nacional das Oposições Sindicais. Aí eu já tinha relação nacional. Depois, fui para ENTOES. Aqui é um processo do período de organização pró CUT. Esse processo ENOS era, inicialmente, todas as oposições. Depois, com a experiência de São Bernardo, se percebeu que não era mais só oposição para... tinha uma estrutura sindical, então o ENTOES já é Encontro Nacional das Oposições à Estrutura Sindical. Aí eu já tinha uma participação mais efetiva, porque aqui eu já me tornei... mesmo como oposição sindical dos gráficos, mas era uma referência para as outras categorias que estavam se organizando como oposição: construção civil, os professores. Então, aqui, os gráficos foram para o movimento sindical do Pará o que São Bernardo foi para o Brasil.

M.M. – Era a vanguarda.

P.R. – Isso. Só em 82 é que nós fomos ganhar o sindicato dos gráficos. Aí eu fui o presidente, dois mandatos, aí processou-se depois... Nesse ínterim... Em 82, veja... Então 79

foi o ENCLATE... CONCLATE, foi a conferência lá na Praia Grande. Aí os gráficos já participaram. Porque as oposições tinham direito de tirar delegados à época. Isso é importante dizer porque, lá em 83, o racha foi exatamente por causa das oposições. É o chamado artigo oitavo do estatuto que...

A. F. – O Avelino falou disso ontem.

M.M. – É, ele falou. Vamos voltar um pouquinho aqui. Em 80, foi um momento importante, foi todo o trabalho para organizar o PT, as pessoas começarem a se filiar. Você participou?

A. F. – Até um pouco antes disso. Entre 71, quando vocês começam a marcar uma diferença em relação ao sindicato, até 78, que você já está articulado com o movimento nacional de oposições, como é que vai se dando esse processo de contato com a política partidária?

M.M. – É. Como é que vocês votavam, com quem vocês votavam?

P.R. – Não, aí é o seguinte. Quando foi em 78, já houve aquele movimento da votação do MDB, que votou senadores, etc., com grande vitória dos senadores. Lá, nós já estávamos engajados com essa coisa partidária, eu fazia parte do movimento jovem do MDB. Que aí eu já comecei a ter alguns contatos ali. Se bem que também, desde lá o interior, o meu pai era militante da época que o PDS, que era um partido da época... antes...

M.M. – Do PDS?

P.R. – Não. PDS da época.

M.M. – PSD. Pré 64.

P.R. – Não. PSD. Isso. Meu pai era uma espécie de cabo eleitoral dos caras do PSD. Mas o... Em 78, portanto, nós tivemos os primeiros contatos com essa área partidária e tal. E aqui. Quando foi em 78, eu já estava num movimento muito forte dentro da gráfica, já brigando, reivindicando e tal, que já estava caracterizado como uma liderança sindical, oposição...

M.M. – Mas você ainda não tinha tido nenhuma participação na...

P.R. – No sindicato, não. Tinha... nós processávamos lá já exigindo que o cara chamasse assembleia... Isso, naturalmente, refletia a minha relação dentro da empresa. Aí eu

saí brigado, em 78, voltei para os salesianos. Mas eu voltei para os salesianos com a seguinte visão. Como a área gráfica lá tinha um potencial grande, mas tinha caído, digamos assim, o ensino, então eu peguei dois, três companheiros meus, que eram os melhores profissionais do mercado, que saíram de lá, disse: olha, vamos voltar e vamos ajudar lá na formação.

A. F. – Nesse período aí, 78, já tinha uma abertura política maior nos salesianos?

P.R. – Não. Então. Eu fui para lá exatamente... vamos dizer, vamos aproveitar que nós somos profissionais agora, vamos... Aí propus para o padre o seguinte: nós assumimos a gráfica, nós vamos transformar ela numa gráfica produtiva, portanto pegar encomendas de fora e produzir, e a gente cria auto sustentabilidade para a gráfica e ao mesmo tempo a gente produz, para ter a auto sustentabilidade, para pagar os salários dos professores, os nossos próprios, criar as condições dela produzir, e ao mesmo tempo a gente ensina a criançada.

M.M. – Ensinaria crianças a trabalhar com a gráfica.

P.R. – Com artes gráficas. Técnico em arte gráfica, como nós fomos lá no passado.

A. F. – O padre Bruno já estava aqui nessa época?

P.R. – Já. O padre Bruno, ele chegou ainda... Ele que foi organizador daquele movimento jovem que eu falei. Na época, ele ainda não era padre. Ele chegou ainda como estudante de formação de padre. Foi ele que iniciou o movimento de jovem; que depois se transformou num grande movimento aqui chamado Emaús. Então o seguinte... Bom. Nesse processo da gráfica já estava os vários grupos clandestinos das esquerdas, que começaram, digamos assim, a ter uma atividade mais externa. Então esses grupos criaram aqui um jornal chamado *Resistência*. E eles não tinham como fazer, nenhuma gráfica. Aí eu fiz lá na escola. O primeiro número foi feito lá. Fazia meio clandestino, quer dizer, sem a licença do padre, nós começamos a fazer. E aí setores... o movimento estudantil, por exemplo, que não tinha como fazer material e estava iniciando o processo, aí ia lá, fazia o material. Ou seja, as esquerdas começaram a ter um canal de impressão, de área de produzir. E eu...

M.M. – E como era a relação dos padres com isso?

P.R. – Aí fui fazendo um trabalho para ganhar lá e tal. Aí eu fui tendo contato também com os grupos de esquerda e tal.

M.M. – E você tinha uma moeda de troca importante com esses grupos, um poder, pelo fato de você estar publicando, imprimindo...

P.R. – É. Exatamente. Foi quando... no número cinco desse *Resistência*, havia publicação do depoimento de quatro lideranças aqui, dois casais: Paulo Fontelle e a esposa dele, que era do PC do B, e Humberto Cunha e a esposa dele, que foram... foram massacrados pela ditadura militar nas cadeias e... pau-de-arara e... enfim, todos os... Então, a publicação desse número cinco, era o relato do que eles...

M.M. – O depoimento deles.

P.R. – Depoimentos, na cadeia. E aí, foi denunciado para a Polícia Federal, a Polícia Federal cercou a escola...

A. F. – Vocês estavam rodando ainda.

P.R. – Estávamos rodando. Cercou a escola. A Polícia Federal quando chegou lá, nós estávamos já dobrando o jornal, apreendeu o jornal, me levaram preso. Aí criou o maior escândalo na escola.

M.M. – E os padres sabiam? Ou fingiam que não sabiam?

P.R. – É, não sei. Acho que já existia uma visão, de algum padre lá, que já dava mais abertura, tinha outros que não. Esse foi o motivo...

A. F. – Eu perguntei isso do Bruno porque eu conversei muito com ele, eu trabalhei com movimento de meninos de rua, e ele conta que ele também, num determinado momento, o pessoal isolou ele.

P.R. – Exatamente. Então, nesse período, foi o motivo de eu sair de lá. Eu saí de lá...

A. F. – Isso aí foi quando?

P.R. – 80. Eu fiquei 78, na segunda, na volta, 78 a 80. Aí voltei de novo para o mesmo lugar, para Grafisa; mas eu já cheguei lá, realmente, disposto a ir para cima do sindicato, etc.. Foi quando, nos dois anos, ganhei a eleição. Mas, antes de ganhar a eleição, nós fomos mandados embora. Aí, como era para mim manter meu vínculo na categoria? Aí nós descobrimos que tinha a representação na Justiça do Trabalho, que era o vogal, chamado vogal, e aí dava condições. Aí nós usamos isso como tática para ganhar o sindicato. Eu fui candidato a vogal. Ali já foi uma prévia para a eleição do sindicato que era no outro ano. Eu

ganhei do pelego a eleição do vogal. Ele veio junto, aí eu ganhei dele. Isso criou condições, não só de eu ter viabilidade da minha candidatura – , que essa foi a estratégia que nós tiramos porque, como eu fui mandado embora da Grafisa, eu não tinha nenhum vínculo, aí ganhei um vínculo ali, e também ganhei... já foi uma prévia, porque ganhei também a eleição. Aí pronto, ganhamos o sindicato... Nesse ínterim...

M.M. – Quanto tempo você ficou como vogal?

P.R. – Três anos. Depois, não me reconduzi porque eu votava contra o juiz, eu fazia voto em separado, e naturalmente que eu não fui reconduzido, porque os vogais sempre se mantinham ali porque...

M.M. – Negociavam, não é.

P.R. – É. Enfim... Mas aí criou condições, duas coisas, o vogal... Porque nós tínhamos essa estratégia, dar o vínculo e nós soubemos que era um salário bom; foi aí que criou condições de eu bancar a oposição. Então, o salário de vogal era para mim viabilizar a oposição. Aí nós ganhamos o sindicato. E a partir daí, nós já estávamos no processo CUT, eu já era principal liderança pró CUT, dos Enclates. Depois, eu fui também o fundador da CUT aqui, o primeiro presidente. Depois fiquei três mandatos de presidente da CUT aqui e tal. Então, na década de 80 - 90, eu fui o sindicalista da CUT. Era o cara da CUT. Bom. Em 80, eu já tinha... Vocês sabem... Bom. 80...

M.M. – É. Em 80 começa aquele movimento de obter filiados para o PT.

A. F. – Você falou que em 78 já teve participação partidária com a eleição do Senado.

P.R. – É. Não. Eu queria ver quando foi a reforma... Em 82 que foi a reforma partidária.

M.M. – Não. Em 82 já teve a eleição direta, o PT já concorreu para governador, deputado federal, deputado estadual.

P.R. – É, eu sei. Mas então, nas esquerdas, o pessoal já se articulava, mesmo dentro dos Enclates, quem era PC do B, quem era PCB e tal. E tinha movimento... e aí já começou aquela divisão, Unidade Sindical e a Nampus. Aí ficou já caracterizando quem era mais pró PT. No contato com São Bernardo, que nós já tínhamos contato com São Bernardo, eu fui o contato direto com a fundação do PT. Mas como eu vivia muito só na questão sindical, eu não fui um dos primeiros, os quatro primeiros companheiros que trouxeram a proposta do PT.

Eu já fui chamado já... em fevereiro foi fundado, aqui, acho que foi fundado em março ou abril, eu entrei tipo assim junho no PT. Quer dizer, eu não fui lá o embrião. Embora eu era a referência operária sindical principal.

M.M. – E quem eram essas pessoas que puxaram para essa?...

P.R. – Aqui? Era um pessoa chamada Alexandre, o Manoel Almeida. Porque aqui, tinha um companheiro que tinha uma pequena agência, o pessoal se reunia lá nessa agência. Então iniciou o PT mais ou menos...

A. F. – Agência de?...

P.R. – Publicidade.

M.M. – Ah, então era o pessoal mais de classe média.

P.R. – Vocês sabem que o PC do B tentou iniciar, em alguns estados, o PT. Tanto que a primeira comissão provisória aqui, (não bem aqui, essa história), o presidente da comissão provisória era o Paulo Fontelle, do PC do B, o secretário-geral era um cara do MR-8, o Jaime Santos... Entendeu? Depois...

A. F. – O Avelino, ontem, falou isso por alto. Ele falou até: você pergunta melhor para o Paulo Rocha, que ele deve saber melhor. Tinha influência do Jader também nisso? Não.

P.R. – Não. Porque é o seguinte. Tinha o PRC, lembra do PRC, não é? O PCR tinha uma estratégia de um pé no PT e um pé no MDB. Tanto que tinha aquela discussão do voto útil. Nós temos que derrubar o... Votar no Jader porque tinha que derrubar o Jarbas Passarinho aqui.

M.M. – Lá no Rio também tinha isso. Vamos votar no Chagas Freitas...

P.R. – Isso. Para derrubar lá o...

M.M. – A ditadura militar.

P.R. – E nós não. Nós achávamos que deveria já ter o candidato próprio do PT, pela... histórica. Nessa época, eu já estava muito envolvido nisso.

A. F. – Então essa comissão, ela não tinha características do...

P.R. – Não. Morreu logo. Aí o PC do B percebeu que não era essa linha... Tanto que eles foram aqui, PCR, PCB e PC do B foram com Jader Barbalho, na época.

M.M. – É melhor você falar dessa eleição de 82. O PT lançou candidato?

A. F. –Então. O PT lançou candidato. Teve até uma confusão que eu me envolvi, no PT, que é o seguinte. Tinha uma visão dentro do PT... Aí eu já era filiado, já estava... Tinha uma visão dentro do PT que era mais ou menos direcionada pelo... uma liderança forte aqui, que era o Humberto Cunha, o Jaime Teixeira, então esses companheiros que eram do PRC, que o PT deveria, digamos assim, sair mas ficar meio congelado, para não fazer sombra ao Jader. E tinha um grupo que achava que não, tinha que sair com candidato. Aí, naturalmente que não tinha candidaturas fortes nossas, não é. Aí fomos atrás de um cara aqui que tinha uma liderança nessa área de estudantil, nessa área de curso de vestibular, ele tinha um curso aí, fazia um grande movimento, etc... Era um cara meio... Fazia grandes movimentos, mas o pessoal... não era muito engajado, não era muito engajado na esquerda, então o pessoal não tinha muita... ficava meio em dúvida. Mas mesmo assim um grupo do PT bancou a candidatura dele para governador. Chamava-se Hélio Dourado. E aí houve um outro movimento, de uma outra candidatura do PT. Eu sei que fez uma confusão danada. Nós tínhamos maioria no diretório, mas não tínhamos maioria na base, esse grupo que defendia o Hélio Dourado. Aí inventaram uma tal de uma prévia. Nesse tempo ainda não tinha prévia, mas inventaram uma prévia. Na prévia, os caras ganharam, o outro grupo. Foi num sábado. No domingo, tinha convenção; na convenção, nós ganhávamos. Então na convenção, nós ganhamos, com o Hélio. Aí ficou o candidato, o Dourado. Sei que nesse período já começou a confusão, porque um grupo pregou o voto camarão, que é sem cabeça, [ri] e nós, Hélio Dourado. Por causa disso houve uma intervenção no PT. Eu já era... O Bira Barbosa, que é hoje um deputado aqui, foi do PMDB e agora é do PSDB, o Bira Barbosa foi presidente do partido.

M.M. – Do PT.

P.R. – É. Esse Manoel Almeida, o dono da agência, era o secretário-geral e eu era o tesoureiro. Era esse grupo que tinha maioria e que bancou a candidatura do Hélio Dourado. Por causa disso, houve uma intervenção do PT nacional aqui.

M.M. – Por quê?

P.R. – Porque nós quebramos as regras, porque consideraram que a prévia do dia anterior era mais legítima do que só a convenção.

A. F. – Mas isso não estava claro ainda.

P.R. – É. Não estava claro, na época, não tinha regras claras ainda. Aí acabou no intervir, e foi o companheiro Geraldo Pastana, que é hoje prefeito, foi nomeado interventor presidente. Bom. É bom dizer que no período... Ah! Aí, essa composição, lembrando a história do Avelino, teve um momento de muita importância nesse movimento, que os gráficos então passaram a fazer um processo de construção no Pará das oposições sindicais; e nesse ínterim já existia os trabalhadores rurais de Santarém; só que os trabalhadores rurais de Santarém tinham uma relação já mais direta nacionalmente; então depois, no processo já de construção da CUT foi que houve, digamos assim, a vinda deles para o estado. Aí teve um processo de construção já mais longa, que está se processando agora. Bom. Então o PT do Pará também teve uma importância grande no país porque, na época, a legislação exigia que para valer, para legalizar o PT no país tinha que ter nove estados e, no estado, tinha que ter dezoito municípios. Então eu me lembro que nós legalizamos aqui o PT meio na marra, com a construção, criação de dezoito municípios. Eu já estava muito empenhado nisso. Fui eu um dos coordenadores do processo da legalização do partido aqui.

M.M. – Você saía com aquele papelzinho na mão, arranjando filiados para poder formar os núcleos.

P.R. – Isso. É. Eu estava contando já dezoito municípios e tal.

A. F. – E era difícil, não é, porque os municípios são grandes.

P.R. – Então, na época, nós participamos inclusive, o Pará participou daquela foto histórica, de levar lá no TRE, nós estávamos lá, participando, porque nós éramos um dos nove estados.

A. F. – Você está na foto?

P.R. – Não, eu não estou na foto. Estava José Dirceu, é Lula, Olívio Dutra. Estava sentado ali na frente do TRE.

A. F. – O Pará participou com as assinaturas.

P.R. – Não. Nós fomos lá no encontro, na convenção de fundação, nós estávamos lá, o Pará estava, porque nós fazíamos parte dos nove estados que tinham se legalizado. Então... Se processou assim.

M.M. – Deixa eu fazer uma pergunta. A que horas você tem que parar? Só para a gente poder calcular.

P.R. – Meio-dia.

M.M. – Você é mais objetivo, então a coisa anda mais. Porque tem umas pessoas que contam detalhes. Mas eu queria te fazer uma pergunta. Não passou pela sua cabeça, a essa altura, de você se candidatar?

P.R. – Não.

M.M. – Você era líder sindical, estava preocupado com o sindicato.

P.R. – É. Isso. Com a construção da CUT.

M.M. – Essa ideia de entrar no PT... quer dizer, você era do PT, mas essa ideia de ser candidato a deputado ou senador...

P.R. – Não. Pelo contrário. Toda vez que me solicitaram e eu disse não, eu acho que eu tenho que ficar na CUT, acho que tenho meu papel na CUT. Tanto que eu fiquei toda a década de 70 a 80 na CUT. Fui até da executiva nacional da CUT junto com Avelino. Nós tínhamos participação... E o Pará teve uma presença muito forte na construção da CUT nacional. Tanto que ela disputa até dez. Então o Pará contribuía com delegados muito fortemente. E depois, só em 90...

M.M. – Não. Mas não vamos correr tanto assim também. Tem as eleições, organiza-se o PT, o Pará tem um papel importante, está entre os nove estados que vão colaborar para o registro do PT; mas você está preocupado com a questão sindical, você vai conquistar a presidência do sindicato.

P.R. – Eu ganhei em 82 o sindicato. Aí o sindicato passa a ser uma referência de todas as oposições. Então surgiu dentro do sindicato dos gráficos a oposição dos metalúrgicos, a oposição dos professores, que não era nem uma oposição, era uma associação chamada APEPA, depois transformou-se em SINPEP. Então hoje, lideranças como o Edmilson Rodrigues, que foi prefeito de Belém, surgiu nesse movimento, lá dentro... vamos dizer, já apoiado... Porque nós tínhamos uma sede, os gráficos, quando eu ganhei, organizei uma sede maior, aí passou a ser referência dos sindicatos.

M.M. – Vocês eram a categoria mais organizada. Vocês polarizavam.

P.R. – Isso. Oposição bancária, oposição metalúrgica, oposição da construção civil, oposição dos urbanitários, tudo foi a partir dos gráficos, que já emprestavam a sua experiência para poder ajudar a organizar o pessoal. E com a fundação da CUT Pará, eu passei então a dirigir o processo de construção da CUT e fomos, vamos dizer, dar mais qualidade na organização sindical, principalmente, no campo. Me lembro que em 86 nós ganhamos vinte e quatro sindicatos rurais; eleições que nós disputamos, que tinha oposição sindical organizada, naturalmente, com muito apoio da igreja, porque toda a área rural, principalmente, veio de origem das comunidades eclesiais de base, que era forte no Pará, já a partir daquele processo de Medellin e Puebla, aqui se consolidou fortes comunidades eclesiais de base, e daí surgiu lideranças rurais, e nós criamos as oposições sindicais a partir daí. Então, por exemplo, em 86, ganhamos vinte e quatro sindicatos rurais. Isso criou as condições de nós ganharmos um grande espaço sindical aqui, que era a Federação da Agricultura, a FETAG, que também tinha um pelego lá há mais de trinta anos. E com essa força da organização da CUT e dos sindicatos rurais, nós conseguimos ganhar.

A. F. – Foi quando isso?

P.R. – Não sei te precisar a data aqui. Mas foi preciso nós disputarmos umas duas eleições ou três para ganhar a FETAG. Porque, em geral...

A. F. – Porque era muito difícil a CUT ganhar as federações oficiais, qualquer tipo, porque o sistema era muito controlado.

P.R. – Isso. Mas aí tinha uma liderança rural aqui, chamado Gatão, que hoje está no conselho dos seringueiros aí, ele foi um dos primeiros... digamos assim, nesse tempo, o Santarém ainda estava mais priorizando a articulação nacional; então, quando nós tínhamos sete sindicatos, nós concorremos, só para, digamos assim, caracterizar dentro da FETAG já uma oposição. E a partir daí, com a articulação com Santarém, já foi... e esse avanço do ganho da CUT, se consolidou a conquista da FETAG.

M.M. – Esse seu passado com os salesianos, essa sua vinculação com a igreja católica, você era uma pessoa religiosa?

P.R. – A minha formação toda foi com essa formação religiosa, digamos assim, conservadora.

M.M. – Não, depois a igreja... Você mesmo está falando do papel das comunidades eclesiais de base.

P.R. – Não, mas de outro grupo religioso, e não dos salesianos. Os salesianos, inclusive, hoje, tiveram pouca evolução, a meu ver, inclusive, têm tido.

M.M. – Mas nessas alturas...

P.R. – Eu acho que a minha formação de esquerda foi realmente mais de auto sentimento e de vivência dentro acho que do interior, das condições que eu vivia no interior com meu pai, e depois, com a vida que eu vivi, rodando com o padre por lá, e depois despertando dentro da fábrica. E o contato com os grupos de esquerda na época do (jornal) *Resistência*.

A. F. – Antes da formação do PT, você chegou a patrocinar mais algum grupo de esquerda?

P.R. – Não. Eu tive muita firmeza logo no início, digamos assim, de... a partir dos gráficos. Tanto que foi até caracterizado um tempo o grupo dos gráficos. Que não era ligado a nenhuma tendência.

M.M. – Você nunca quis se vincular a nenhuma tendência.

P.R. – Não. Não.

A. F. – Relação mais sindicalista mesmo.

P.R. – É. A partir daí então que nós fomos criando, já dentro do PT, nessa relação mais dos sindicalistas. Aí veio 113, Articulação, etc. etc.. Mas foi a partir da área sindical, foi a partir do sindicalista, digamos assim. Embora nós fomos tendo contato com esse processo; mas ficou bem claro a divisão, na área sindical, entre o pessoal da Unidade Sindical, que era PCB e PC do B, e a NAMPUS, que era a mistura... pré PT mas que já estava com esse... Embora no agrupamento da NAMPUS aqui a presença do PRC era muito forte. Então eu tinha uma relação com o PRC de parceria, porque eu era a maior referência operária, mas eles me respeitavam por eu manter-me com minha autonomia.

A. F. – Quem era a principal referência do PRC aqui?

P.R. – Eles foram criando lideranças. A principal liderança era esse Humberto Cunha, que era uma pessoa que veio de lá da clandestinidade, depois se tornou vereador, foi uma das

principais referências do PT aqui. E na área sindical era esse Gatão, que era um companheiro da área rural, e depois foram criando outras lideranças, mas mais nessa área... universidade... Não...

M.M. – Não entrava muito no meio sindical.

P.R. – É. Depois, teve uma liderança chamada Rui, Rui, que era dos feirantes, e tinha uma liderança da construção civil, que era o Branco; na época, era uma liderança de referência o Branco, chamado, que era um operário da construção civil. Mas ele nunca conseguiu ganhar o sindicato. Então eles conseguiram construir lideranças na construção civil, o Branco, o Edílson, mas nunca conseguiram ganhar o sindicato.

A. F. – E mais no PT, a Convergência tinha peso aqui?

P.R. – A Convergência era na área estudantil, estava na figura do Baba e da Bernadete, uma liderança que me parece está agora em Porto Alegre. É vereadora. Então... Que foi... Inclusive, teve um episódio na época, que eles foram... vinculado a segurança nacional, eles foram processados pela Segurança Nacional. Era esse pessoal mais da Convergência. Então tinha aqui a tendência, os agrupamentos de origem do PT, tinha mais as organizações que veio da dissidência do PC do B, o PRC, tinha o pessoal que veio da área sindicalista e tinha uma origem, que ainda tem um pouco dessa divisão no campo, chamado campo majoritário aqui, que é um pouco... a origem, que se deu em torno das lideranças dos companheiros rurais de Santarém. Porque... veja bem, qual é a diferença dos agrupamentos que está em torno da minha história e em torno da história do Avelino? Tinha diferenças, digamos assim, no chamado campo majoritário. Antes, na época, Articulação. Tanto que as diferenças que foram ter dentro do 113 e dentro da Articulação, o Pará foi um dos primeiros. Que eu considero o quê? A minha origem mais autonomista e espontaneista, digamos assim, de um movimento que foi criado a partir de uma liderança mas sem grande formação de origem; e Santarém, ao contrário, iniciou de uma origem de organização de esquerda forte, com centralismo. Entendeu? Tinha uma figura lá, a partir da FASE, pelo lado do Antonio Vieira. Então tinha uma formação mais organizada (e leninista) nesse sentido. E nós não, era uma coisa meia espontaneista, meia autodidata, digamos assim, no processo da construção da CUT, principalmente. Naturalmente que teve algumas diferenças nesse meio aí, da forma como tocar as coisas e tal, aí tem diferenças. Mas depois nós processamos juntos a construção

da CUT e a construção do PT. Tanto que, hoje, a base da organização da força do PT está dentro dessas lideranças que vieram desses dois movimentos.

A. F. – E você ficou na presidência do sindicato por quanto tempo?

P.R. – Dois mandatos.

A. F. – Dois mandatos. De 82 a 88.

M.M. – Você deixa o sindicato em 89, não é? Tem a data aqui. Não sei se está certo.

P.R. – Não, foi dois mandatos. É. 83 – 86 – 89. É, por aí. Mas aí eu já dirigia a CUT também, paralelamente. E quando foi... Bom. Os gráficos conseguiram ter uma experiência, mesmo com esse autodidata, de auto sustentação, de reprodução de lideranças, que foram, digamos assim, ao longo do tempo até hoje, se sucedendo na continuidade. Quer dizer, o mesmo grupo que iniciou comigo, hoje, dirige o sindicato. E depois, uma figura também, que era secretário da minha diretoria, ele virou vereador...

M.M. – Quem?

P.R. – José Carlos. Virou vereador. Em 88, por aí. Porque eu era sempre guindado a ser candidato. Eu disse não, não vou ser candidato a vereador. Porque eu era da CUT.

M.M. – É. Você continua sem ser candidato.

P.R. – É. Aí nós decidimos que... o pessoal dizia assim: não, os gráficos têm que ter um candidato. Aí nós dizíamos não... O pessoal decidia que era eu, mas eu disse não, vamos pôr o José Carlos. E o José Carlos se elegeu vereador. Quando foi em 90... Em 89, teve as eleições presidenciais, nós tivemos atuação...

M.M. – Pois é. Você podia falar um pouquinho como foi essa campanha do Lula, qual o significado da campanha de 89.

P.R. – Não. Aí, 89...

M.M. – Porque aí você vai para a executiva nacional do PT.

P.R. – Isso. Para a direção nacional. Aí eu era uma espécie de coordenador da campanha aqui, de 89. Era o coordenador da campanha. Acho que foi um dos estados com maior importância na campanha do Lula em 89. Tanto que ele ganhou em Belém. O Lula sempre ganhou aqui em duas cidades, Belém e Abaetetuba, um município aqui próximo, que

hoje nós somos prefeitura lá. Eu fui um dos coordenadores da campanha. E quando foi em 90, aí não deu mais para mim...

M.M. – Pois é. Você resistiu muito a entrar na política partidária, vamos dizer assim, a ser candidato. Como é que foi essa mudança?

P.R. – Isso. Quando foi em 90, realmente, nós fizemos uma avaliação de que nós tínhamos condições de eleger... Ah! Em 86, na eleição de 86, o meu nome já apareceu. Aí eu já coloquei o meu nome para... digamos assim, autorizei o meu nome a ser escolhido como candidato a constituinte. Mas aí, numa disputa interna, acabou o pessoal achando que eu deveria continuar na CUT, que eu era uma liderança referência, não podia enfraquecer a CUT. Aí foi outro companheiro para deputado federal, que foi o Geraldo Pastami. O PT não elegeu porque não fez o coeficiente; mas já saiu com uma força muito grande em 86; faltou três mil votos para poder eleger o constituinte. Saiu Geraldo Pastami, Humberto Cunha, outro professor da universidade, para a candidatura. Quando foi em 90, o meu nome surgiu com muita força. Aí nós já tínhamos eleito dois estaduais, o Valdir Ganzer e o Edmilson Rodrigues, que era já dois estaduais. Nós já tínhamos na época então, em 90, nós já tínhamos dois deputados estaduais, que se elegeram na constituinte, constituinte estadual. O PT já elegeu dois estaduais. Quando foi já em 90... Em 89, eu tive esse papel preponderante na coordenação da campanha do Lula aqui, e aí, em 90, fomos para a candidatura.

M.M. – E a derrota do Lula causou alguma mudança de prática política? Porque foi uma coisa dramática para o PT.

P.R. – É. Não. Na verdade, isso para ele é um pouco aquele processo do Lula-lá, aquele livro lá, de que nós tínhamos chance de ganhar, mas não estávamos conscientes, realmente, de que nós poderíamos ganhar. Quer dizer, houve... sei lá, um sentimento... Tinha até, por dentro da igreja, um sentimento de que nós não estávamos preparados para ganhar, uma coisa assim, não é. Então naturalmente que eu...

M.M. – Você continuava muito próximo da igreja ainda, nessa altura dos acontecimentos.

P.R. – Sempre, aqui, a igreja é muito participativa, esse pessoal da comunidade eclesial de base, então se confundia muito as oposições sindicais com a ação da igreja, com... Entendeu? Encontros da igreja, etc.. Embora eu não era considerado um... igrejeiro, digamos

assim, não era militante da pastoral, era mais de origem sindicalista. Minha participação religiosa lá era só na época dos salesianos.

M.M. – Depois você debandou. [ri]

P.R. – Bom. Quando foi em 90, nós fizemos uma aliança política ampla aqui: PSDB, PT, PC do B, PDT e PSB. Eram seis partidos. Onde o candidato a governador foi o Almir Gabriel e o candidato a senador foi o Ademir Andrade, do PSB. O PT saiu com duas candidaturas fortes a deputado federal, a do Valdir Ganzer, que era já deputado estadual, e a minha, que vinha dessa origem sindical, da CUT, presidente da CUT e tal. E aí nós elegemos... Essa frente elegeu quatro deputados federais, a Socorro Gomes, do PC do B, dois do PT, eu e o Valdir Ganzer, e um do PDT, que era o Giovanni Queirós. Aí pronto, o que aconteceu? Eu me elegi com dezesseis mil votos. E depois houve uma sequência de reeleição: o segundo mandato com trinta e três mil votos, o terceiro mandato com cinquenta e oito mil votos e o quarto mandato com cento e trinta mil votos. Então houve um processo de reeleição. Porque o meu mandato sempre se caracterizou muito com a organicidade, exatamente aquilo que eu tinha construído dez anos na CUT, da relação com o movimento. Tanto que eu era... eu sempre fui uma figura pública, mas nunca muito de grande mídia, etc., porque meu processo de construção do mandato foi sempre muito vinculado ao orgânico do partido e ao orgânico do movimento sindical. Tanto que a minha característica do mandato lá é muito dentro da Comissão do Trabalho.

M.M. – Pois é. Isso é interessante. Como é que foi para você essa experiência? Você foi uma pessoa envolvida com o movimento social o tempo todo, e agora está atuando dentro do parlamento. Isso, para muitas pessoas que nós entrevistamos, muitos parlamentares do PT, provocou uma mudança, uma certa dificuldade. Como é que foi para você?

P.R. – Para mim, interessante, eu não senti muita... quer dizer, eu não fiquei perdido, digamos assim, lá, porque... o que acontece? Lá, pela minha experiência, dois anos, na metade do primeiro mandato é que o cara vai começar a se encontrar ali, pelos corredores, que rumo ele pega, que rumo ele... Não. Eu, com a minha experiência sindical, já fui direto para a Comissão do Trabalho, já comecei a agir ali. E comecei a ter uma experiência, que eu sabia fazer, digamos assim, repercutir a ação do mandato na base sindical que eu tinha construído ao longo dos anos na CUT e fazia repercutir essa relação dentro da Comissão do Trabalho. Acho que esse foi meu grande...

A. F. –Uma coisa alimenta a outra.

P.R. – É. Eu vi logo essa veia e fiz isso, uma alimentação. Tanto que virei presidente da Comissão do Trabalho. Eu fui primeiro vice-presidente, na época, com Paim, depois fui vice, fui presidente e tal. Mas eu já comecei a organizar... Digamos assim, eu já passei a ser o porta-voz do movimento sindical lá dentro. E passei a criar comissões, subcomissões. Tanto que os meus projetos todos... Inclusive, eu sou um deputado... que poucos deputados com mandato conseguem aprovar leis, e eu consegui aprovar algumas leis importantes.

M.M. – É. Essa comissão de combate ao trabalho escravo, os demitidos do governo Collor...

P.R. – É. Essa questão do... Olha só como é que eu comecei fazer. À medida que eu tinha uma relação com o movimento, eu passei a ser uma referência também do movimento nacional sindical lá. Então, aquilo que a CUT tinha acumulado como proposta sindical, eu passei a ser o porta-voz da própria CUT nacional.

M.M. – E apresentar projetos.

P.R. – Por exemplo, o projeto de contrato coletivo de trabalho, a nova organização sindical é de minha autoria, mas era debate que se tinha acumulado dentro da CUT. Enfim, eu fui então fazendo esse trabalho. Aí comecei a criar comissões lá. Foi a partir de uma comissão que existia, chamada combate à violência e pela reforma agrária, que o CPT, todas essas organizações, eu passei a, portanto, ser o porta-voz lá, e criar as chamadas audiências, debates, etc.. A partir dali criamos uma comissão chamada Comissão de Combate à Violência e ao Trabalho Escravo. E a partir daí surgiu uma lei, depois, se transformou então numa lei de minha autoria, que é a lei que hoje é usada no combate ao trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho, que é uma lei 7.707. Essa lei, ela sofreu um bocado de mudanças, para a gente poder criar as condições de ser aprovada lá. Então, na verdade, foi uma lei que acrescentou nos artigos do Código Penal algumas...

A. F. –Caracterizou...

P.R. – Para caracterizar o que seria trabalho degradante, trabalho escravo. Como foi uma lei aquém do que nós esperávamos, eu dei entrada, em 85 (ou 95?), com uma PEC, porque nós identificamos lá que precisava ter uma coisa mais forte. Então as terras que forem pegadas com trabalho escravo, elas são confiscadas para reforma agrária. Essa PEC está até

hoje lá para ser aprovada. Foi aprovada num primeiro turno, e está lá na Câmara, parada, porque há uma ação muito forte da bancada ruralista nesse processo.

A. F. – Quer dizer que você se...

P.R. – É. Aí passei então a ser o porta-voz ali da relação do movimento. Aí surgiu, na época do Collor, os demitidos do Collor. Eu organizei um grupo lá, uma comissão na Comissão do Trabalho, para a gente ser o intermediador da comissão do...

M.M. – Desses demitidos.

P.R. – Dos demitidos do Collor.

M.M. – Você também passou a ter um compromisso, uma vinculação com uma série de demandas dos funcionários públicos. Foi a partir disso?

P.R. – Isso. Porque a Comissão do Trabalho é Comissão do Trabalho e Serviço Público. Então, toda demanda do funcionalismo público, eu passei... Aí criei... Porque como cria condições estatutárias da gente criar subcomissões, aí eu... vamos criar uma comissão para assegurar a questão do funcionalismo público, como era a comissão do trabalho escravo. Então eu fui criando essas comissões. E criamos uma comissão na época, com esse negócio do funcionalismo, também muito forte, com a questão dos demitidos do Collor. A partir daí eu comecei a ser o negociador perante... Nessa época, havia um diálogo... havia uma abertura de diálogo, digamos, do governo Itamar, porque o ministro era o... quem tinha sido meu contemporâneo na época da CUT, no DIEESE, que era o Barelli. Porque aqui, no Pará, eu organizei a fundação do DIEESE aqui, na época. Aí fundei e tinha relações com o Barelli. Na época, portanto, foi fácil. Ele virou ministro do Itamar, ministro do Trabalho, e o diálogo começou, ele dava muita abertura para negociar o processo. E nós negociávamos direto, inclusive, com o presidente da República, essa questão dos demitidos do Collor. Tanto assim que eu fui um dos autores da lei dos demitidos do Collor. E na época do Collor, os dois anos do Collor, houve uma repressão muito forte contra os dirigentes sindicais; houve muita demissão dos dirigentes sindicais, principalmente na área do funcionalismo. Aí eu entrei com uma lei de anistia para os dirigentes sindicais. Existe uma lei também, que é conhecida no meio sindical com Lei Paulo Rocha; que ela dava condições do retorno dos dirigentes sindicais que foram demitidos na época do Collor. Então as leis que eu aprovei, consegui aprovar, o reconhecimento do ACS, os agentes comunitários de saúde, o seguro-desemprego

para os pescadores, foram a partir dessa minha experiência, que vinha da ação sindical; passei a ser porta-voz lá e acabei criando as condições de votação. Por último, eu aprovei uma lei que eram os demitidos das greves dos Correios. Então eu tenho duas leis, dentro do Correio, que foi aprovados, em grevistas. Na época, teve um período de muitas greves nos Correios, então, eles eram demitidos sumariamente, então eu entrei com leis, uma mais recente que foi aprovada, que anistia vamos dizer, o retorno de grevistas. Hoje, essa lei beneficia uns dois mil ou mais, três mil trabalhadores, que têm o direito, agora, de retornar, por causa de ação grevista na época, nos Correios.

M.M. – Bom. É meio-dia...

P.R. – Vocês já têm material...

M.M. – É. Eu acho que você foi extremamente objetivo.

A. F. –Deixa só eu perguntar uma última coisa, uma coisa meio delicada. Você acabou ficando muito exposto com essa situação da crise política. Seu nome foi atingido, você renunciou. Quer dizer, você, com essa atuação parlamentar destacada, produtiva, que ficou evidente pela aprovação das leis. É uma situação muito desgastante para o partido como um todo e imagino que para você pessoalmente. Acho que seria importante você falar um pouco sobre como você está enfrentando essa situação. Fazer um balanço dessa situação política.

P.R. – Então. Aí eu passei a... A minha característica na bancada...

M.M. – É. Você foi líder do partido.

P.R. – É. A minha característica na bancada era muito de articulador político. A minha característica não é de grande debatedor no plenário, mas é de um grande articulador político dentro do Congresso. Porque eu sou muito respeitado no Congresso, sou muito querido, inclusive, por todos, inclusive da oposição. Mesmo no governo Fernando Henrique Cardoso, eu era um dos... digamos assim...

A. F. –Interlocutores.

P.R. – Interlocutores perante o governo, etc. e tal. Então acabei, digamos assim, tendo essa característica de trabalhar na articulação política, nas várias lideranças que houveram dentro da bancada, do Genoíno, do Jacques Wagner, do Walter Pinheiro, etc. e tal, eu era um dos... digamos assim, vice-líder, que cumpria esse papel de dialogar, de articulador, de

retaguarda, de organizar a bancada. Tanto que eu sou muito caracterizado na bancada por organizador: quem vai para a comissão, quem vai não sei o quê. Organizava de tal maneira que... fazia uma engenharia política que atendia a todos nos seus coisas, e também as tendências, a divisão de espaço dentro da bancada, enfim...

A. F. – Sem deixar nada a descoberto.

P.R. – É. Naturalmente que no governo agora, eu adquiri então, não só com a experiência de três mandatos, mas com essa cancha de articulador, de tudo, e virei líder da bancada e um dos principais parlamentar na relação com o governo. Eu, nesse período, passei a acumular a presidência do partido aqui no Pará. Exatamente no período que coincidiu a eleição do Lula, 2002 e tal, fui presidente. Bom. No episódio da crise política, eu queria colocar, na minha opinião, o seguinte. Eu acho que o PT cometeu um erro de... digamos assim, passou a usar os mesmos métodos de disputa política como a elite sempre usou; ou seja, como é que um partido, de dois em dois anos... não se sustenta a fazer campanha, de dois em dois anos, do tamanho da campanha que nós passamos a... à la Duda Mendonça. Então... quer dizer, isso levou o partido a um endividamento grande, acúmulo de dívidas. A minha responsabilidade como presidente do partido foi... por responsabilidade ou até dedicação pessoal ao partido, eu assumi a responsabilidade da dívida. Porque ficou uma dívida de 2002 grande, da campanha majoritária aqui do Pará. Não era dívida minha, do meu mandato, da minha campanha. Dívida partidária. Acabei, com responsabilidade como presidente do partido, a buscar os recursos. E fui buscar exatamente onde deveria buscar, que era na instância partidária. E aí foi esse episódio todo, que é conhecido nacionalmente, produto da investigação da CPI, que foi a tal da busca do dinheiro no Banco Rural. E a minha assessoria, ela... Nós ficamos devendo, basicamente, cinco credores; os caras que fornecem camisa, materiais desse tipo. E a minha assessoria pegou o dinheiro então, autorizada pelo PT nacional, pelo PT, pelo Delúbio, no caso, a buscar dinheiro, e ela já depositava direto nas contas dos credores. Então foi, digamos assim, um erro coletivo, que acabou expondo algumas lideranças que estavam em espaços importantes de direção partidária e acabou nos envolvendo, e envolvendo, capaz de expor o partido. O central do erro, portanto, é, digamos assim, essa busca da disputa política, valorizando mais o grande comício, o showmício, o...

M.M. – Entrou no mesmo modelo de campanha que os outros partidos.

P.R. – O mesmo modelo dos outros. E acabamos sendo obrigados a buscar financiamento, recursos fora de época, para poder cumprir as responsabilidades partidárias. E acabou nos expondo dessa maneira que nos envolveu. Eu acho que o grande problema é que, para nós, o PT ficou sem a capacidade de reação; e se deixou, em função disso, capacidade de reagir, deixou... Digamos assim, a eficiência da oposição aliada com o papel que a mídia cumpriu nos nivelou ao tal do mensalão. Quer dizer, o episódio que envolveu toda essa questão criou uma situação, digamos assim, para o partido e as suas lideranças que foram envolvidas, então se nivelou no tal do mensalão. Como popularizou o mensalão mas... Quer dizer, nós ainda tentamos, os cinco deputados do PT que ficou ali envolvido mais diretamente, o Luizinho, eu, o João Paulo, o João Magno e o Josias, nós tentamos, via a mesa da Câmara, a fazer a diferença. Tanto que nós ganhamos uma ação no Supremo, para diferenciar; porque nós admitimos que nós tínhamos cometido o erro do caixa dois; mas não se concebe eu, como fundador do partido, como liderança partidária, como líder da bancada, receber dinheiro mensalmente para poder votar num projeto do meu governo.

M.M. – Do seu partido. Claro.

P.R. – Não tem nenhum sentido. Então... Quer dizer, essa diferenciação não houve. Acabaram me igualando como mensalão.

M.M. – É. Mas tinha os interesses partidários, eleitorais, não é.

P.R. –É. E que foi que aconteceu? Nos nivelou nesse nível. E também, qual foi a consequência para cá, para mim diretamente? Eu era o forte candidato a governador, estava criada as condições inclusive de ganhar o governo, que já havia, inclusive, uma consolidação de uma aliança política em torno do meu nome, inclusive com o PMDB, PDT, etc. e tal. A perda, portanto, foi a candidatura de governador. Porque já havia uma unidade partidária, até por aclamação digamos assim, unidade partidária em torno do meu nome, e acabou trazendo esse prejuízo nesse processo de trajetória e de consolidação da força política que representava o meu mandato, o mandato federal, e a minha presença aqui na organização do partido. Mas também teve outro fato. Quer dizer, pela minha característica de bom articulador e tal, eu era um nome que, não só unia o partido, mas ampliava a busca, inclusive, de setores empresariais importantes aqui do estado, que acabavam... por causa do papel que eu cumprir, digamos, no governo Lula, que eu era o grande articulador, eu me vinculei muito ao governo Lula, aqui. Na campanha de 2002, eu era o deputado do Lula, eu era o articulador do governo Lula da

região. Então, isso foi muito forte aqui. Ainda é. Mesmo com o episódio da renúncia, ainda é, sou muito procurado ainda, porque... Inclusive, a imprensa bate muito nisso, que eu renuncie mas ainda tenho influência no governo, etc.. Até eu evito isso, para não constranger...

M.M. – Não criar problemas.

P.R. – Não criar problema, não constranger isso aí, nesse processo. Agora tem um fato interessante, acho que é bom para a história do partido. Com a minha presidência aqui, eu consegui construir um processo interno, no partido, de uma unidade política importante. Embora tenham todas as tendências aqui, a DS, a própria Articulação aqui e o campo majoritário é dividido em três pedaços aqui, subgrupos, tem... enfim, todas as principais tendências aqui, tinha a CST, do Baba, enfim; mas eu era, vamos dizer assim, o pomo da unidade política partidária. Tanto que a captação de recursos era para o conjunto do partido... Então havia uma unidade política partidária nesse sentido. E com isto, diferente dos outros companheiros que foram envolvidos na crise, aqui houve uma unidade política em torno da minha situação. Tanto que todas as principais lideranças, Ana Júlia, Valdir Ganzer, as principais lideranças aqui do partido ficaram solidárias, porque sabem da minha atuação; foi em função do partido, em função do... E acabamos... Até a posição de renunciar foi posição partidária.

A. F. – Avaliação do pessoal do estado de que era a melhor opção.

P.R. – É. Melhor ser julgado aqui, por aqui, do que ficar naquele julgamento, em que já havia, digamos assim, uma injustiça, pelo menos na diferenciação do erro que se cometeu; se igualou a todos de mensalão, quando nós...

M.M. – As coisas eram diferentes.

P.R. – Estava aquela questão de caixa dois, de problema de campanha, etc..

M.M. – É. Eu acho que a gente... Já está no seu horário. A gente cumpriu...

A. F. – Está ótimo. Se tiver oportunidade, você estiver indo ao Rio, a gente pode combinar, fazer um complemento.

P.R. – É bom pegar o contato de vocês...

M.M. – É. Eu preciso fazer aqui, antes de qualquer coisa...

P.R. – Pegar os dados.

M.M. – É. Para você dar esses dados para a gente, porque a gente sempre preenche a ficha da pessoa. CPF, esses dados pessoais.

P.R. – Agora, nesse episódio, embora eu tenha clareza, tenho... eu enfrento debate em qualquer canto, porque minha vida aqui é transparente, tem essa característica de que... vamos dizer, aqui, eu não passo por constrangimento na rua como quando eu ando em Brasília ou vou em São Paulo ou vou a alguma coisa, que as pessoas me veem, tem aquele constrangimento – mensalão! – não sei o que é tal. Aqui não, não tem coisa, não, porque como a minha vida é muito transparente... Porque tem uma característica, inclusive dentro do PT, as pessoas me gostam por quê? Porque da mesma forma como era o cara do sindicato lá ou o da CUT, até o modo de vestir, de ser e tal, virei deputado, inclusive, um dos mais importantes deputado, mas não mudei. Isso é uma característica forte. Então acaba que o pessoal... manteve um respeito. “Você é um cara que é realmente oposição, que é...” Entendeu? É uma coisa forte, interessante. Por isso, me faz o seguinte, eu fiquei muito irredimido, digamos assim, com o episódio, porque, porra! podia ser o governador e perdi, de graça, porque acho...de graça, de graça, porque... pô, tem a dívida, sou o presidente, tenho que dar conta... Eu podia muito bem, como fazem outros presidentes, não, isso é coisa do tesoureiro, que se vire. Mas peguei isso, por responsabilidade, por compromisso, e fui buscar exatamente onde deveria buscar. [ri] Então foi uma coisa muito fraca, uma coisa muito...

A. F. –É, é duro. A política tem momentos que...

M.M. – Falta coisa. Mas eu acho que deu para a gente...

P.R. – É, eu acho que o processo que falta, talvez...

[FIM DO DEPOIMENTO]